

DISLEXIA

Um contributo para que as escolas compreendam e apoiem melhor alunos disléxicos

O Dec.º Lei n.º 3/2008 retira a maioria dos alunos disléxicos da EDUCAÇÃO ESPECIAL e portanto ficam nas escolas sem apoios especializados. Isso não pode ser razão para os esquecermos.

A dislexia é uma **dificuldade específica de aprendizagem**, ou seja, é uma “condição inesperada e inexplicável que ocorre numa criança de inteligência média ou superior, caracterizada por um atraso significativo em uma ou mais áreas de aprendizagem” (Mark Selikowitz, 1999).

O aluno disléxico pode efectuar uma leitura muito inicial e imprópria para o seu nível escolar (silabada, com hesitações e alterações, sem ritmo e expressão e/ou com dificuldades de interpretação), apresentar alterações na linguagem oral e escrita (na ortografia, morfossintaxe, grafomotricidade) e, alguns, também dificuldades com a matemática. Estas manifestações têm génese neurológica, alterando o processamento da informação simbólica, dado o facto de domínios considerados instrumentais para a aprendizagem escola, se apresentarem mal desenvolvidos, fracos. Tais domínios constituem pré-competências em relação ao acto de ler (assente em símbolos gráficos e fonéticos a serem reconhecidos, associados, integrados, combinados, interpretados, a uma velocidade cada vez maior); se não apresentarem um adequado desenvolvimento que permita um uso rápido e eficiente, provocam alterações na aquisição e desenvolvimento da leitura-escrita.

Que áreas instrumentais? Na maioria dos casos, apresentam atraso **na consciência fonológica** e em competências psicolinguísticas - **linguagem compreensiva e expressiva** empobrecida; ou dificuldades na **psicomotricidade** - interiorização da imagem do **corpo**, para a partir dela perceber noções como atrás, ao lado, à frente, a direita e a esquerda, etc, e/ou na **lateralidade** (reconhecimento de direita-esquerda em si ou noutra pessoa ou no exterior) e ainda na **orientação espácio-temporal** (não conseguir situar-se no espaço, num mapa ou no globo terrestre e/ou não compreender a orientação dos símbolos gráficos, compreender um gráfico, uma tabela de dupla entrada; ou não aprender a ver as horas, a distinguir os dias da semana, os meses do ano ou relacionar acontecimentos ordenados no tempo); ou porventura na área perceptiva **auditiva e visual** (distinguir sílabas, reconhecer palavras e seus significados), (não atender a pormenores visuais, não rechamar palavras já conhecidas); ou ainda os seus **traçados grafomotores** apresentarem-se alterados, dado o baixo controle e destreza motora fina e/ou porque tomam direcção inadequada. A par, revelam dificuldades de **atenção e de memória** (imediata ou de longo prazo, não recordando, nem retendo séries sequenciais ouvidas, nem memorizando visualmente símbolos gráficos, palavras ou letras). Estas competências constituem como que “alicerces” em relação à aquisição da Leitura Compreensiva–Escrita–Matemática. A leitura só é possível quando, a partir de uma maturidade indispensável, são possíveis a integração e o reconhecimento de diferenciações visuo-auditivas. Como este processo implica captar e interpretar símbolos verbais impressos, ela é uma das formas mais abstractas de estudo. O processo de linguagem implica i) recepção, ou seja, a capacidade de ouvir e ler compreensivamente; ii) integração da informação recebida; iii) expressão, isto é, falar

ou escrever. Estas três vertentes encontram-se interligadas e são indissociáveis. Quando um dos aspectos referidos não se encontra bem desenvolvido, isso vai manifestar-se em dificuldades reais no processo de aprendizagem. Atrasos significativos em alguma ou algumas das áreas instrumentais, acarretam fraca realização generalizada, uma vez que, por sua vez, ler-compreender-escrever-raciocinar-escutar-reter são competências transversais a qualquer disciplina escolar.

A Dislexia (e as perturbações que podem estar associadas - disortografia, disgrafia, discalculia) é descrita como disfunção neurológica (área parieto-temporal ou parieto-occipital do cérebro) que requer um tratamento terapêutico intensivo. Alguns casos de dislexia parecem ter uma etiologia genética, mas inúmeros outros ocorrem de lesões cerebrais intra-uterinas ou provocadas por infecções.

Trata-se de alunos com inteligência normal, órgãos sensoriais intactos, liberdade emocional, motivação, incentivo e podem ter tido ensino adequado. Há estudos que comprovam que afecta 10 a 15% de alunos (?). Sobre a prevalência, em Portugal, há estudos portugueses recentes que situam - só no 1.º ciclo do ensino básico e só quanto a uma das Dificuldades de Aprendizagem, a Dislexia - em 5,5 %. Considerando as possíveis restantes dificuldades associadas, esta percentagem tem de ser efetivamente mais elevada.

O professor/educador poderá ser o primeiro a suspeitar que a criança pode ter uma dificuldade específica de aprendizagem, porque pode comparar o trabalho e o comportamento da criança com o dos seus colegas. O aluno disléxico é geralmente triste, deprimido, angustiado, devido ao fracasso, apesar dos esforços para superar as suas dificuldades. Esta frustração, originada por anos de esforço sem êxito, e de comparação com os demais alunos, pode dar origem a sentimentos de inferioridade e de baixa auto-estima. Os alunos disléxicos tendem a exibir um quadro mais ou menos típico, com variações de caso para caso. Podem, a certa altura do seu percurso, abandonar a escola por revelarem reduzida motivação e empenho pelas actividades que impliquem a mobilização de competências de leitura e escrita, o que aumenta as dificuldades escolares; ou por recusarem situações e actividades que os exponham, como ler em voz alta, ou apresentar sintomatologia ansiosa (sobretudo em trabalhos para avaliação) e refletir um sentimento de insegurança e vergonha em resultado do sucessivo e generalizado inêxito.

Vergonha sim, mas não deles, antes do sistema educativo que teima em fazer crer que não existem ou que o seu problema não é significativo ou permanente.

Fracasso que é da escola pela omissão do dever de, em tempo útil, disponibilizar os apoios de que efectivamente necessitam.

No caso destes alunos importa que a escola disponibilize:

1. **Apoios Educativos** sim, (mas criando-se dentro desta estrutura um valência “apoios educativos especializados”) para ser feita a sua **avaliação compreensiva**, ser traçado o seu **perfil desenvolvimental e de desempenho académico**, seguindo-se a **intervenção específica, diferenciada**, em sessões individualizadas, algumas vezes por semana, para serem desenvolvidas, com exercícios específicos, as áreas instrumentais que se apresentem fracas. Isto é,

será pelo enriquecimento de capacidades básicas (quer de desenvolvimento, quer académicas), que se potenciam as aprendizagens em geral.

ESTES APOIOS DEVEM SER COORDENADOS POR PROFESSORES ESPECIALIZADOS em problemas cognitivos e motores.

Há, portanto, que fazer organizar dentro da estrutura APOIOS EDUCATIVOS uma valência ESPECIALIZADA para os atender especificamente. Isto é, há que implementar respostas sérias urgentes, sob pena de insucesso e abandono escolar.

2. Necessitam além disso de um Envolvimento Pedagógico Diferenciado – apoio e incentivo no quotidiano das tarefas escolares, colocação privilegiada na sala de aula, adaptação das condições de avaliação (complementarmente com recurso também à oralidade, testes com questões formuladas em linguagem clara, direta; usufruir, quando necessário, de mais tempo para realizar os testes; beneficiar de apoio na compreensão dos enunciados, quando solicitado; os erros não penalizarem os alunos; recurso à utilização de textos relativamente curtos). Necessitam ainda, para desenvolvimento de competências de estudo, de usufruir de **estudo orientado/apoiado** – com recurso a súmulas, resumos, com base em mapas conceptuais, treino de respostas a perguntas-tipo, etc.

Nota final:

Muitas vezes as escolas disponibilizam certo tipo de apoios, nomeadamente parte dos referidos no n.º 2.

Todavia, não disponibilizam, concomitantemente, os previstos no n.º 1 e por isso tais alunos não progredem adequadamente por não se “atacar a causa, mas apenas o efeito”.

Para uma intervenção eficaz, todos os docentes necessitam de, na formação inicial, ser preparados para a prevenção deste tipo de dificuldades. Em formação ao longo da vida, devem poder beneficiar de conhecimentos aprofundados para avaliar e intervir de forma **específica** no domínio das Dificuldades de Aprendizagem Específicas.

Fazendo isso, o sistema educativo lograria uma redução substancial do INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR.

Será um investimento da política educativa garantidamente rentável, em termos de qualidade das aprendizagens e de melhoria de projetos de vida destes cidadãos, portanto de elevação da sociedade.
